

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Requerimento nº /2007.
(dos deputados Ivan Valente e Fernando Gabeira)

Requerem a realização de Audiência Pública, na Comissão de Educação e Cultura, para debater o caráter laico do Estado e o ensino religioso nas redes de ensino públicas brasileiras.

Senhor Presidente:

Requeremos à V. Ex.^a, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, ouvido o plenário desta Comissão de Educação e Cultura, a realização de Audiência Pública, em data a ser agendada, com o intuito de debater o caráter laico do Estado e o ensino religioso nas redes públicas de ensino brasileiras.

Desta forma, solicitamos que sejam convidados para a referida Audiência: representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, (MEC/Secad), representantes de entidades científicas e renomados pesquisadores da área.

Justificação

Por iniciativa da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), o Ministério da Educação, recolocou em discussão, na sociedade brasileira, a questão do ensino religioso nas redes públicas de ensino.

Segundo matéria publicada na imprensa, a Secretaria supracitada promoveria, em dezembro último, o Seminário: “Os desafios do ensino

religioso como área do conhecimento no contexto escolar”. O propósito para o patrocínio deste evento seria, conforme declarações do senhor Ricardo

C043E42D04

C043E42D04

Henriques, Secretário do Ministério da Educação, de “aproveitar o ambiente rico da educação para tentar fazer com que as várias visões de mundo conversem. O ensino religioso, a partir de uma visão ecumênica, tem a potencialidade de discutir a tolerância e o pluralismo”. O Secretário descartou, na ocasião, a obrigatoriedade da disciplina, face as determinações que vigoram na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Jornal Folha de São Paulo, 14/11/2006, Cotidiano).

Por se tratar de tema polêmico, recorrente em nossa história e de grande amplitude, entendemos como necessária a realização deste debate nesta Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, na medida em que o Legislativo brasileiro deve ter seu lugar assegurado no andamento desta importante discussão.

Assim, consideramos que o debate público, com todos os setores envolvidos, é de fundamental importância para a garantia de transparência e adoção de critérios que possam contemplar adequadamente os interesses da cidadania.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares desta Comissão para aprovação deste requerimento de AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Sala das Comissões, ... de 2007.

Dep. IVAN VALENTE PSOL/SP

Dep. FERNANDO GABEIRA PV/RJ